

Número de Projetos sobre Data Centers mais que dobra entre 2025 e 2026, na Câmara dos Deputados.

Com base em levantamento realizado no sistema de busca da Câmara, verificamos que o número de proposições legislativas apresentadas por deputados federais relacionadas a **data centers** passou de 5, em 2025, para 12, até julho de 2026.

Esse número representa um crescimento de 140% em menos de um ano. Antes de 2025, não foram encontradas propostas, de autoria dos deputados, voltadas especificamente a data centers.

O aumento considerável do número de projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados sugere uma atenção crescente do Poder Legislativo ao setor de infraestrutura digital.

Esse movimento parece refletir a expansão da economia digital, o avanço dos debates sobre inteligência artificial e computação em nuvem, bem como a necessidade de fortalecer a infraestrutura computacional nacional para atender às demandas de processamento, armazenamento de dados e soberania digital.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais importante manter um monitoramento sistemático da atividade legislativa relacionada aos data centers. O crescimento do número de proposições e a diversidade dos temas abordados também indicam que o ambiente regulatório do setor está em evolução, podendo resultar em mudanças relevantes para investidores, operadores de infraestrutura, empresas de tecnologia e formuladores de políticas públicas

A análise das proposições demonstra que o debate legislativo abrange diferentes dimensões da política pública para o setor. Entre os principais temas identificados estão:

- Criação de uma Política Nacional de Data Centers Estratégicos;
- Instituição do Programa de Desenvolvimento de Data Centers Regionais (PRODATA Brasil);
- Criação da Política Nacional de Proteção, Desenvolvimento e Resiliência das Infraestruturas Digitais;
- Adoção de instrumentos de estímulo ao suprimento de energia limpa e competitiva para data centers localizados nas regiões Norte e Nordeste, com a criação do Selo Data Center Verde Regional;

- Estabelecimento de normas gerais para a instalação, operação, expansão e desativação de data centers;
- Criação de incentivos para a implantação e operação de data centers destinados ao armazenamento de dados públicos brasileiros;
- Além de outras iniciativas voltadas à segurança da infraestrutura digital, à sustentabilidade ambiental, à eficiência energética e ao fortalecimento da capacidade nacional de processamento de dados.

Avanços nos debates.

Entre as propostas que avançaram nas Comissões da Câmara está o **PL 490/2026**. Ele autoriza a União a adotar instrumentos de estímulo ao suprimento de energia limpa e competitiva para data centers localizados nas Regiões Norte e Nordeste e institui o Selo 'Data Center Verde Regional'.

O PL foi aprovado no último dia 10 de junho na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Atualmente, ele tramita na Comissão de Minas e Energia, onde o deputado Danilo Forte (União-CE) foi designado relator.

Overview Senado.

No Senado, foi encontrada apenas uma proposta iniciada pelos senadores, de 2024 até o momento. Trata-se do projeto de lei 3018/24, que estabelece critérios para o estabelecimento de Data Center de Inteligência Artificial. Os debates se concentram na Comissão de Ciência e Tecnologia, que está em fase de realização de audiências públicas.

Destacamos que no levantamento não foram consideradas iniciativas do Executivo.

Desde já nos colocamos à disposição para sanar eventuais dúvidas.

Erich Decat, diretor de Relações Institucionais da TechReg Consultoria e diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Data Center (ABDC).



Confira abaixo a lista de projetos que tramitam na Câmara dos Deputados.

Iniciados em 2025.

1. **PL 1680/2025.** Institui a Política Nacional para Processamento e Armazenamento Digitais. **Situação:** Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
2. **PL 2080/2025.** Institui a Política Nacional de Eficiência Energética e Sustentabilidade Socioambiental para Data Centers, estabelece diretrizes, metas e instrumentos para sua implementação, e dá outras providências. **Situação:** Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).
3. **PL 5003/2025.** Dispõe sobre a regulação do consumo de recursos hídricos por centros de processamento de dados (data centers) no território nacional, com vistas à preservação da soberania hídrica da população. **Situação:** Apensado ao PL 2080/2025 - Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).
4. **PL 6352/2025.** Dispõe sobre a proteção das empresas estatais de tecnologia da informação como instrumentos essenciais da soberania digital, da privacidade de dados e da segurança nacional. **Situação:** Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).
5. **PLP 280/2025.** Dispõe sobre a competência para o licenciamento ambiental de data centers e estruturas associadas. **Situação:** Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Iniciados em 2026.

1. **PL 278/2026.** Estabelece o Redata. **Situação:** Aguarda votação no Senado.
2. **PL 305/2026.** Institui o Programa de Desenvolvimento de Data Centers Regionais – PRODATA BRASIL, com vistas à atração de investimentos produtivos, inclusive estrangeiros, ao desenvolvimento regional e à promoção da infraestrutura digital nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Situação:** A Dep. Amanda Gentil (PP-

MA). Foi designada relatora. Aguardando parecer na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).

3. **PL 414/2026.** Estabelece normas gerais para instalação, operação, expansão e desativação de data centers de grande porte no território nacional, disciplinando uso de água, energia, proteção ambiental, compensações obrigatórias, monitoramento e proteção socioeconômica. **Situação:** Apensado ao PL 2080/2025. Aguardando designação de relator(a) na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).
4. **PL 486/2026.** Dispõe sobre a atração de capital estrangeiro produtivo para infraestrutura digital estratégica, reconhece os data centers como investimento produtivo estratégico, estabelece garantias jurídicas para investimentos de longo prazo e define medidas de priorização administrativa para projetos localizados nas Regiões Norte e Nordeste. **Situação:** A Dep. Amanda Gentil (PP-MA). Foi designada relatora. Apensado ao PL 305/2026. Aguardando parecer na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).
5. **PL 489/2026.** Estabelece diretrizes para o fortalecimento da soberania e da resiliência digital nacionais, com foco estratégico na Amazônia Legal e no Estado de Roraima, cria incentivos à implantação e à operação de data centers destinados ao armazenamento de dados públicos brasileiros e à redundância digital nacional. **Situação:** Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS).
6. **PL 490/2026.** Autoriza a União a adotar instrumentos de estímulo ao suprimento de energia limpa e competitiva para data centers localizados nas Regiões Norte e Nordeste e institui o Selo 'Data Center Verde Regional'. **Situação:** Aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Atualmente, tramita na Comissão de Minas e Energia. Foi designado como relator o Dep. Danilo Forte.
7. **PL 491/2026.** Estabelece diretrizes para a expansão da infraestrutura digital e da conectividade de alta capacidade, com prioridade para as Regiões Norte e Nordeste, visando garantir condições técnicas mínimas para a implantação e operação de data centers e fortalecer a soberania e a integração digital do País. **Situação:** A Dep. Amanda Gentil (PP-MA). Foi designada relatora. Apensado ao PL 305/2026. Aguardando parecer na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).
8. **PL 493/2026.** Estabelece diretrizes específicas de segurança jurídica, ambiental e fundiária para a implantação e operação de data centers na Amazônia Legal,

com atenção especial ao Estado de Roraima, institui procedimento ambiental organizado por fases, define critérios objetivos e prazos decisórios e prioriza áreas previamente antropizadas, distritos industriais e zonas de desenvolvimento, sem prejuízo da proteção ambiental e dos direitos territoriais. **Situação:** Apensado ao PL 489/2026 - Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS).

- 9. PL 4363/2026.** Institui a Política Nacional de Computação em Nuvem Soberana da Região Norte, estabelece diretrizes para incentivo à instalação de infraestrutura de armazenamento, processamento e segurança de dados na Região Norte. **Situação:** Aguarda despacho do presidente da Câmara para as Comissões.
- 10. PL 4399/2026.** Institui a Política Nacional de Proteção, Desenvolvimento e Resiliência das Infraestruturas Digitais Estratégicas Nacionais. **Situação:** Aguarda despacho do presidente da Câmara para as Comissões.
- 11. PL 4401/2026.** Institui a Política Nacional de Data Centers Estratégicos. **Situação:** Aguarda despacho do presidente da Câmara para as Comissões.
- 12. PLP 23/2026.** Institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Serviços de Datacenter (CIDE-DataCenter); majora as alíquotas da CSLL, do PIS/Pasep e da Cofins aplicáveis ao setor; revoga benefícios fiscais federais e veda a concessão de novos incentivos destinados à instalação, expansão ou operação de datacenters. **Situação:** Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI).

TechReg Consultoria.